

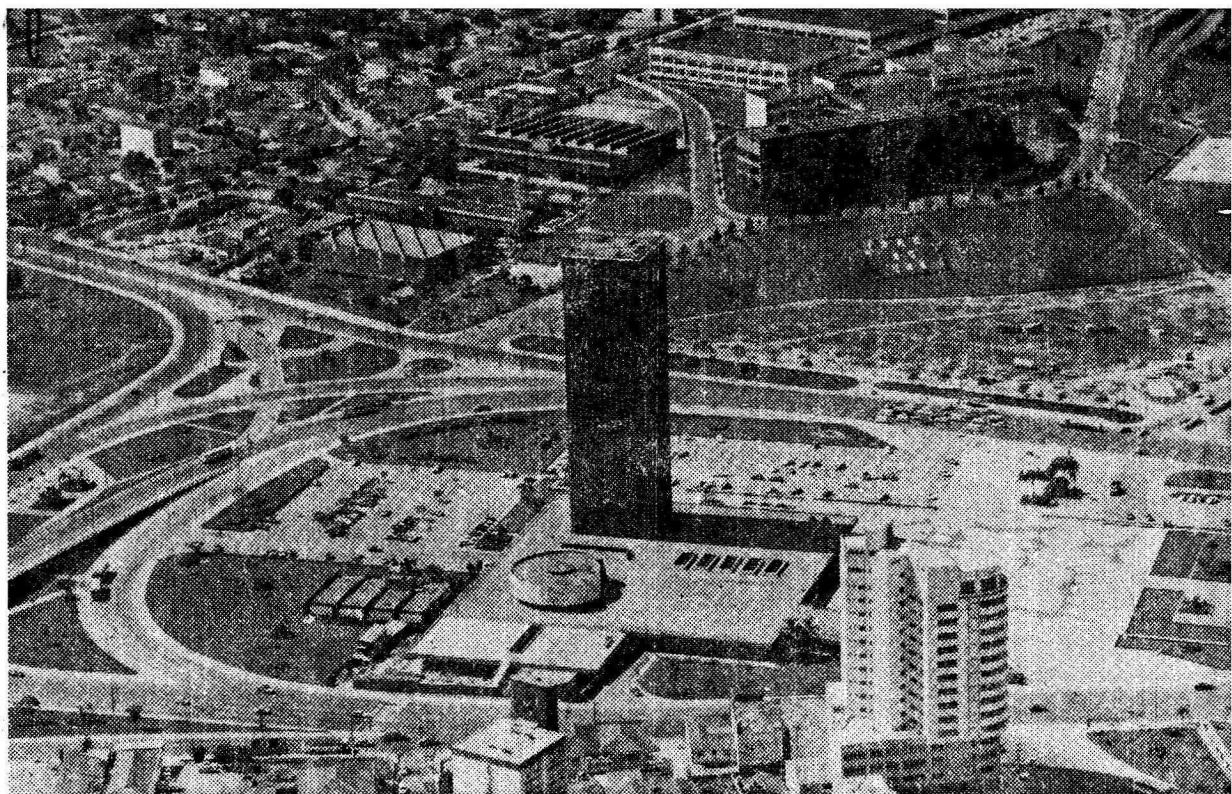


Foto Clóvis Granchi Sobrinho

Com população de 350 mil habitantes, São Bernardo arrecada mais de 3 bilhões de cruzeiros

A insolvência ameaça também São Bernardo

VALDIR DOS SANTOS
Da sucursal do ABC

A presença diária de credores batendo à porta do gabinete do prefeito Tito Costa, de São Bernardo do Campo, demonstra o estado de "insolvência financeira", segundo alguns vereadores, ou a "difícil situação" — como admite o prefeito — em que se encontram os cofres de um dos municípios de maior arrecadação em todo o País. De um orçamento de Cr\$ 3 bilhões e 120 milhões para este ano, Tito Costa tem apenas Cr\$ 190 milhões para obras. Com 350 mil habitantes, São Bernardo sofre os males das grandes cidades: saneamento básico para a periferia, escolas, sistema viário.

O prefeito critica o sistema de distribuição dos tributos recolhidos no município, dos quais a Prefeitura fica com apenas 10%; o Estado com 27% e a União com 63%. Crítica, também, os cortes feitos pelo governo do Estado para obras na área metropolitana.

A receita, entretanto, é "respeitável" como diz o vereador Carlos Beltram Batistini (PP) que condena a forma de destinação do orçamento: 70% para despesas de custeio, dos quais 54% são gastos com pessoal. Dos Cr\$ 350 milhões previstos, para obras, Tito Costa destinou Cr\$ 160 milhões para resgate de títulos da Pró-SBC — Progresso de São Bernardo do Campo S/A — sociedade de economia mista criada pelo ex-prefeito Geraldo Faria Rodrigues e em liquidação desde julho do ano passado.

Somadas as dívidas da Pró-SBC, avaliadas a preços correntes em Cr\$ 2 bilhões e 250 milhões de cruzeiros, a Prefeitura de São Bernardo ainda deve mais Cr\$ 573,8 milhões, referentes a obras financiadas pelo Projeto Cura (BNH) e pelo Fundo de Desenvolvimento Urbano, do Banco do Brasil. Para o prefeito, essas dívidas não o impediram de executar obras com verbas e pessoal próprios, como 34 praças públicas e substituição de parte da rede de água e esgoto. Tito Costa vem recebendo muitas queixas de moradores de bairros vizinhos ao Ribeirão dos Meninos, que reclamam obras de microdrenagem para acabar com as enchentes.

"Enchente é problema metropolitano" — argumenta o prefeito que, mesmo assim, prometeu investir Cr\$ 100 milhões ainda este ano naqueles bairros: "Se o Estado me ajudasse nessa obra, forraria a periferia de São Bernardo de Saneamento básico, a principal reivindicação dos habitantes". Tito Costa não considera alta a despesa com pessoal, em torno de Cr\$ 1 bilhão e 800 milhões, mas ficou surpreso

quando seu secretário de governo, Eduardo Bunumá, lhe informou, na presença da imprensa, que o quadro de servidores já alcança 6.500. "Para mim, ainda estava em 6.180" disse:

A maior preocupação da administração Tito Costa, entretanto, continua sendo as dívidas da Pró-SBC. "Por não terem conseguido o milagre de arranjar dinheiro", como diz o prefeito, dois liquidantes da empresa demitiram-se nos últimos dez meses, desde que ela entrou em liquidação. O prefeito também procurou, sem êxito, fórmulas para conseguir fundos para o pagamento das dívidas e acabou tendo de desviar parte do orçamento para resgate de títulos da Pró-SBC, deficitária desde sua criação.

"Agora tomei uma decisão. Este ano a Prefeitura não paga mais nenhuma promissória da empresa", embora haja um título protestado pelo BCN no valor de Cr\$ 11 milhões há quase um mês. O montante da dívida gera uma despesa mensal de Cr\$ 60 milhões. Outros gastos, como os Cr\$ 9 milhões da folha de pagamento dos 450 funcionários, deverão continuar sendo pagos pela Prefeitura "porque a Pró-SBC não tem renda, aliás nunca teve" — diz Tito Costa.

"Por isso, a empresa vai ter de gerar dinheiro de qualquer jeito" — diz o prefeito. Isso começa a ser conseguido com a venda, à General Motors, de extensa área pertencente à Agesbec — Armazens Gerais de São Bernardo do Campo S/A — da qual a Pró-SBC é acionista. O montante a ser arrecadado com esta venda "ainda é segredo", mas qualquer que seja, não será suficiente para cobrir os 20 milhões e 83 mil dólares em empréstimos no Exterior, mais Cr\$ 121,5 milhões, cujo resgate só termina em 83. Outros bens serão alienados.

Tito Costa disse que tentou de todas as formas evitar isso, pois a maioria dos bens foi transferida do patrimônio público para integralização de capital, mas não teve outra alternativa. Enviou dois projetos de lei à Câmara solicitando autorização de empréstimo: o primeiro de 50 milhões de dólares e mais, recentemente, outro de Cr\$ 120 milhões. Nenhum foi aprovado. Uma terceira opção consistia na transferência da Cidade da Criança para o Parque Industrial dos Imigrantes (área onde a Cetesb proibiu a instalação de indústrias) e transformação da valiosa área em conjunto habitacional de luxo. Mas desistiu: "Era sonhadora".

A Pró-SBC possuía 52 bens imóveis, dos quais 17 foram alienados e um penhorado. Até mesmo a área de 125 mil metros quadrados

que cedeu em comodato ao Sindicato dos Metalúrgicos, para construção de clube de campo, está hipotecada ao Bankinvest (Suíça) por 5 milhões de dólares. Para o prefeito, "as hipotecas não impedem as vendas, cujos resultados servem, inclusive, para levantar a alienação".

O prazo de extinção da Pró-SBC continua incerto: "Pretendo entregar a Prefeitura a meu sucessor sem nenhuma dúvida, mas, se houver eleição em janeiro, como se está anunciando, a liquidação não estará concluída". O vereador e economista Carlos Batistini, ex-funcionário da Secretaria Municipal de Finanças, desafiou o prefeito a concluir o processo de liquidação até o fim de seu mandato.

Nesse período de dez meses, em que o prefeito mudou três liquidantes e tentou em vão encontrar fórmulas para a liquidação, as dívidas se multiplicaram. De Cr\$ 800 milhões em maio de 79, para Cr\$ 2,25 bilhões um ano depois. E as rendas da empresa caíram.

A previsão de arrecadação de Cr\$ 550 milhões com a venda de 800 lotes comerciais e residenciais no Parque dos Pássaros, segundo Waldemar Vaz Santiago, penúltimo diretor-presidente da Pró-SBC, não se concretizou. A empresa arrecada hoje Cr\$ 700 mil por mês, que corresponde a 7% da folha de pagamento dos 450 funcionários burocráticos espalhados pela Cidade da Criança, Parque Estoril e Centro de Convenções Vera Cruz, todos deficitários, segundo Tito Costa.

A comercialização do Parque dos Pássaros, cedido por contrato à Duomo Arquitetura e Construções, é motivo, hoje, de ação anulatória movida pela própria Pró-SBC e pela Prefeitura, por ser o contrato "lesivo aos cofres municipais". O contrato foi assinado por Waldemar Vaz Santiago, que alguns meses depois se demitiu alegando estafa.

Seu sucessor, Celso José Maria Ribeiro, apresentou, em junho de 79, balancete ao prefeito sugerindo medidas drásticas para impedir "o agravamento da situação". A redução de pessoal, por exemplo, não foi atendida. Embora Tito Costa promettesse reduzi-lo a apenas um diretor e uma secretária, o número de funcionários cresceu de 350 para 450. A transferência das atividades da Cidade da Criança e do Parque Estoril para a administração direta também não foi executada. Apenas uma medida, que previa injeção de recursos do município, para atendimento de compromissos da empresa foi atendida: nos primeiros cinco meses deste ano foram pagos títulos no valor de Cr\$ 160 milhões.